

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

DANIEL BORSOI

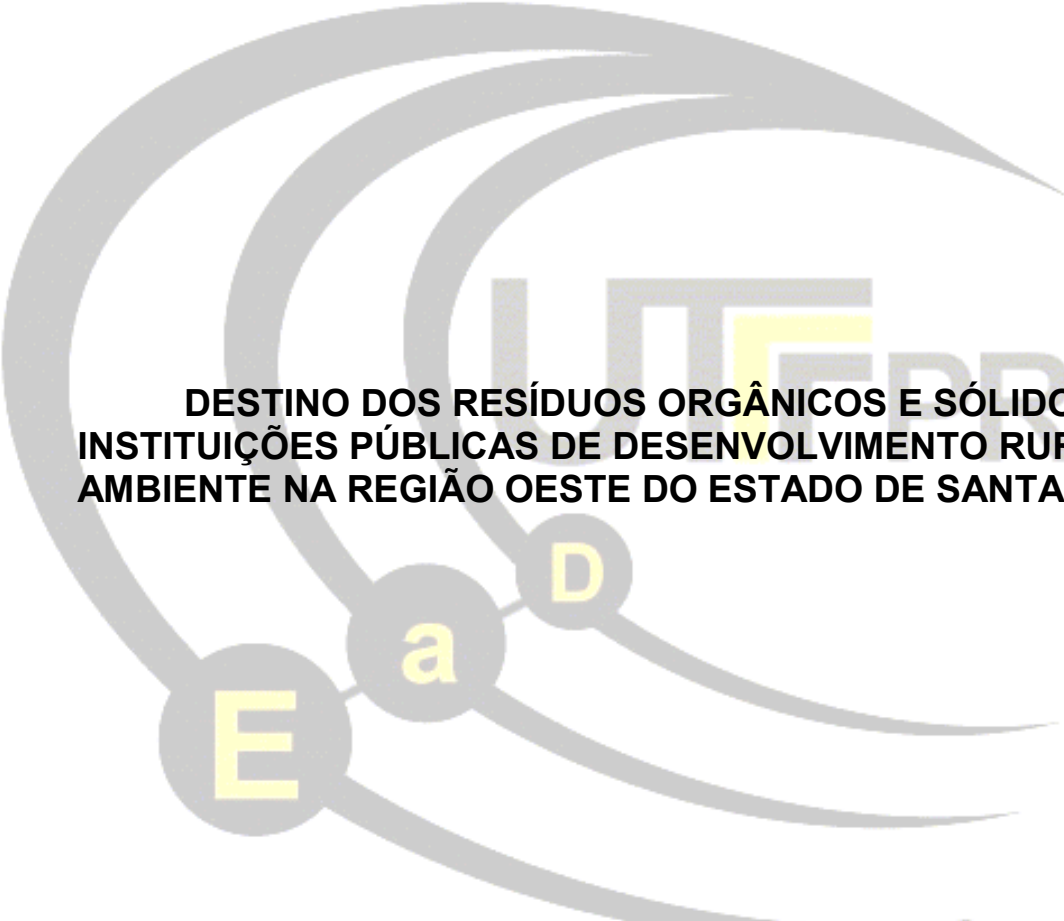
**DESTINO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS E SÓLIDOS DE
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO
AMBIENTE NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

DANIEL BORSOI



**DESTINO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS E SÓLIDOS DE
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO
AMBIENTE NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – PoloUAB do Município de Medianeira/PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^ª. Dra Renata Mello Giona

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

DESTINO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS E SÓLIDOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Por

Daniel Borsoi

Esta monografia foi apresentada às 8h00min do dia 18 de agosto de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Medianeira/PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dra. Renata Mello Giona
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof^a. Dra. Carla Adriana Pizarro Schmidt
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Dra. Michelle Budke Costa
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.

Dedico à Deus pela sua totalidade, ao meu esforço para finalizar esse trabalho, e a minha namorada que teve paciência e me concedeu apoio para finalização desse.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Dra. Renata Mello Giona pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio à impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível”. (Charles Chaplin).

RESUMO

BORSOI, Daniel. Destino dos resíduos orgânicos e sólidos de instituições públicas de desenvolvimento rural e meio ambiente na região oeste do Estado de Santa Catarina. 2018. 45 f. Monografia (Gestão Ambiental em Municípios) Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2018.

Cada vez mais o tópico preservação ambiental tem sido uma questão amplamente discutida pela população em geral, fazendo, possivelmente, com que todos repensem suas atitudes com relação ao meio ambiente. O homem está sentindo e vivenciando os efeitos da poluição e outros danos causados à natureza como o aquecimento global, o destino indevido dos resíduos e as mudanças climáticas. Pensando em tais assuntos, algumas empresas passaram a se preocupar e se envolver na questão socioambiental, procurando por meio de programas sociais e das próprias atitudes de seus gestores, contribuir para com a preservação do meio ambiente. Por outro lado, existem aquelas que não possuem um plano de resíduos orgânicos e sólidos específico ao ambiente. Com o presente estudo, pretende-se relatar sobre a responsabilidade socioambiental de quatro empresas da Região Oeste de Santa Catarina e, mais especificamente, como é realizada a separação de lixo e a posição dos colaboradores em auxiliar nessa preservação e as práticas de desenvolvimento sustentável. Com o intuito de alertar a população em geral da importância de tais assuntos, serão abordados por meio de pesquisa descritiva bibliográfica e estudo de caso com a explanação direta do pesquisador nas relações e estudos abordados neste trabalho.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Responsabilidade Socioambiental. Desenvolvimento Sustentável, Urbanização, Resíduos Sólidos.

ABSTRACT

BORSOI, Daniel. Destination of organic and solid residues of public institutions of rural development and environment in the western region of the State of Santa Catarina. 2018. 45 f. Monograph (Environmental Management in Municipalities) Post-Graduation Program in Technology, Federal Center of Technological Education of Paraná, Curitiba, Brazil, 2018.

Increasingly, the topic environmental preservation has been an issue widely discussed by the general population, possibly making everyone rethink their attitudes toward the environment. Man is feeling and experiencing the effects of pollution and other damage to nature such as global warming, undue waste disposal and climate change. Thinking about such issues, some companies started to worry and get involved in the socio-environmental issue, seeking through social programs and the very attitudes of their managers, contribute to the preservation of the environment. On the other hand, there are those that do not have an organic and solid waste plan specific to the environment. The present study intends to report on the social and environmental responsibility of four companies in the Western Region of Santa Catarina and, more specifically, how garbage separation is performed and the employees' position in assisting in this preservation and sustainable development practices. In order to alert the general population to the importance of such subjects, they will be approached through descriptive bibliographical research and case study with the direct explanation of the researcher in the relationships and studies addressed in this work.

Keywords: Environment. Social and Environmental Responsibility. Sustainable development. Urbanization, Solid Waste.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 MEIO AMBIENTE	14
2.1.1 Desenvolvimento Sustentável	15
2.1.1.1 Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil.....	16
2.1.1.2 Urbanização e Sustentabilidade.....	17
2.1.1.3 Principais problemas ambientais urbanos.....	19
2.1.1.4 Água e esgoto.....	20
2.1.1.5 Resíduos Sólidos.....	21
2.1.1.6 Meio ambiente e as empresas brasileiras pela busca da sustentabilidade...23	
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
3.1 LOCAL DA PESQUISA	26
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	26
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	29
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	30
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE(A).....	41
APÊNDICE(B).....	43
APÊNDICE(D).....	45

1 INTRODUÇÃO

A Universidade é um lugar de criação e produção de conhecimento não somente ao mundo do trabalho, mas proporciona o crescimento como cidadão, assim podendo intervir na realidade em que vive. É fundamental que esse conhecimento produzido estabeleça pontos de conexão com a realidade social na qual a Universidade se insere. Essa vinculação traduz sua produtividade não apenas quando os conhecimentos circulam de forma a modificarem a realidade, mas também de se modificarem e criarem novas condições de conscientização dos atores envolvidos sob o destino dos resíduos orgânicos e sólidos, tema deste trabalho.

Além de buscar conexões com outras pesquisas já desenvolvidas na área de investigação,

A pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. Quem realiza a pesquisa pode, num nível mais elementar, aprender as bases do método científico ou, num nível mais avançado, aprender refinamentos técnicos de métodos já conhecidos. A sociedade e a comunidade beneficiam-se com a aplicação do novo conhecimento gerado nos indivíduos que a compõe. Para poder ser chamada de científica, a pesquisa deve obedecer aos rigores que impõe o método científico, sendo a principal propriedade a reprodutibilidade. (CLARK; CASTRO. 2014, p. 1).

Assim, a presente pesquisa teve como objetivo geral conhecer o destino dos resíduos orgânicos e sólidos de instituições públicas de desenvolvimento rural e meio ambiente na região oeste do Estado de Santa Catarina, e aplicação de questionário sobre o plano de resíduos com os responsáveis legais dessas instituições que ao total somam quatro, e para dois (2) colaboradores, totalizando seis atores, sobre o conhecimento do destino dos resíduos dessas instituições; e identificar possíveis falhas no destino desses resíduos orgânicos e sólidos.

A situação de resíduos orgânicos e sólidos é uma temática que circula na mídia quase todos os dias. Por esse motivo, a pesquisa foi realizada no sentido de contribuir com a conscientização dos colaboradores e gestor sobre a separação correta desses resíduos, e também implementação de padrões universais.

Uma interessante conceituação de resíduos sólidos é encontrada na Lei Estadual nº 12.300 de 16/03/2006, que trata da política dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo, sendo assim apresentada: “[...] os materiais decorrentes de atividades humanas em sociedade, e que se apresentam nos estados sólidos ou semissólido,

como líquidos não passíveis de tratamento como efluentes, ou ainda os gases contidos.” Essa definição também é explicitada na Lei Federal 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos no país.

Portanto, o meio ambiente transforma-se continuamente devido a causas naturais sobre as quais o ser humano tem pouco controle e, cada vez mais, tem sido ameaçado por um conjunto de influências humanas, principalmente em decorrência do crescimento populacional explosivo, o que pode trazer vários fatores prejudiciais ao meio ambiente.

Reigota define meio ambiente como:

Um lugar determinado ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação, os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza da sociedade. (REIGOTA, 1998, p.21)

Uma das principais transformações ocorridas na sociedade é o processo de urbanização que é a transição de um território não agrícola e pouco habitável para um aumento na densidade populacional demográfica. Dessa forma, gera uma ação ao meio ambiente acarretando, em aumento de área urbana na cidade, ou seja, criação de loteamentos ou bairros. Lewis (1951) definiu que a “urbanização significava um aumento em desorganização social e cultural”.

A população brasileira está cada vez mais concentrada nas cidades, o que é extremamente preocupante. Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico) no ano de 1999, o crescimento urbano chegou a 81,2%. Além disso, devido à crise econômica que o país tem enfrentado nas últimas décadas, houve uma intensificação da degradação social e ambiental nas grandes cidades brasileiras.

As esperanças de melhoria socioambiental nas áreas urbanas brasileiras dependem de avanços institucionais e legais, principalmente do reconhecimento de autoridades capazes de definir políticas, buscando superar a atual situação e conscientizar as pessoas em geral da importância de todos estarem envolvidos.

Segundo Dajoz:

Essa falta de preocupação e interesse dessa população atual tem trazido graves riscos a nível mundial, como: a) a poluição atmosférica onde o homem polui o meio ambiente de inúmeras maneiras, b) o acúmulo de resíduos e a falta de reciclagem correta do que é produzido pela população, c) o efeito estufa como principal problema causados pela população, d) e a poluição do ar, entre outros. (DAJOZ, 1999, p. 27)

Dessa maneira, a preocupação em preservar o ambiente e auxiliar nos processos de urbanização de forma sustentável são fatores essenciais para manter e garantir a qualidade de vida das pessoas. Destaca-se aqui também a importância da população estar conscientizada para o destino correto dos resíduos sólidos seja nas suas casas ou nas empresas.

Percebe-se, portanto, quão importante é a preservação do meio em que vivemos seja no meio natural ou social, em que a responsabilidade socioambiental e a preservação de todos os meios tornam-se fator indispensável para a sobrevivência humana, bem como o processo de urbanização das cidades devem ser bem estruturados e planejados para que os impactos ao meio ambiente sejam minimizados.

Portanto, no tema abordado, buscou destacar a importância do envolvimento de toda a população nesse processo, bem como a identificação de fatores e ações que poderão auxiliar nos impactos ambientais e na preservação da qualidade de vida da humanidade, por meio de ações simples, que requerem apenas conscientização e ações das pessoas envolvidas. Além de identificar os pontos mais críticos enfrentados hoje com relação à questão ambiental, pretende-se expor e buscar soluções que auxiliem nessa constante luta, citando exemplo da empresa pública que atuam hoje buscando a sustentabilidade ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MEIO AMBIENTE

A palavra meio ambiente é definida por vários autores de diferentes maneiras. Segundo Monteiro (1991, p. 56), meio ambiente é um mundo biótico e abiótico, relativo a vida e aos seres vivos, as comunidades e as populações.

A lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe da política nacional do meio ambiente no Brasil, define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interação de ordem física, química e biológica, que permite e rege a vida em todas as suas formas.

Assim, diante da complexidade dos fatores expostos e da dificuldade em definir meio ambiente, opta-se pela conceituação sistêmica de Hardt Lopes, ou seja:

Meio ambiente é as relações existentes entre o comportamento dos elementos da natureza (físico, químico e biológicos) e a sociedade (estrutura política social e econômica,) podemos assim dizer que essa seqüência com interligações e várias conexões formam o meio ambiente, e assim permite o desenvolvimento sustentável de modo que o homem e a natureza sejam preservados. (HARDT LOPES, 1999, P. 57)

Portanto, pode-se destacar a preocupação constante em preservar o meio ambiente, e esse pensamento sistêmico de preservar o meio ambiente cabe a gestão ambiental e a toda população mundial envolvida. Segundo Monteiro (1991), pode-se definir gestão ambiental como o braço da administração que reduz o impacto das atividades econômicas sobre a natureza.

Segundo Pádua (1999, p.109), a preocupação atual com a devastação de florestas e conseqüentemente com problemas ambientais é com o intuito de preservar futuramente, pensando nas futuras gerações. No Brasil, a busca pela preservação ambiental se dá a tempos atrás e Maimonn (1992, p. 76) cita a criação de programas ambientais na década de 1980, como exemplos:

- Programa Nossa Natureza
- IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).
- A divisão de educação ambiental, criada dentro do Ibama.

Segundo o mesmo autor, tais programas tem o intuito de obter apoio internacional e estabelecia assim o desenvolvimento sustentável.

2.1.1 Desenvolvimento Sustentável

Chamar uma atividade de sustentável significa que ela pode ser continuada ou repetida em um futuro previsível. Portanto a preocupação surge porque grande parte das atividades humanas são nitidamente insustentável. A sustentabilidade tem-se tornado assim um dos conceitos centrais entre as grandes preocupações sobre o destino da terra e de tudo os que o envolve.

Segundo Pádua:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atender as suas necessidades. Trata-se também da necessidade de reorganizar a produção e o consumo de tal forma que o uso de recursos naturais seja minimizado, enquanto as necessidades dos seres humanos são atendidas da melhor forma possível. (PÁDUA, 1999, p. 203)

O termo sustentabilidade é mais amplamente utilizado com referência a sustentabilidade ambiental.

Ainda segundo o mesmo autor:

“Todavia a conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento (Rio-92) ampliou este conceito incluindo a sustentabilidade social, econômica financeira e institucional, dentre outros aspectos o que suscitou considerações a respeito de sua aplicação no espaço urbano”. (PÁDUA, 1999, p. 176)

Assim, a sustentabilidade urbana passa a incluir ao lado das questões essencialmente ambientais, o desenvolvimento econômico local, a gestão urbana democrática e participativa, a moradia adequada para todos, além entre outras das questões essencialmente urbanística e as ligadas ao ordenamento territorial local e regional.

Percebe-se assim que o termo sustentabilidade interage em todos os sentidos, buscando a amplitude de preservar o meio ambiente e todos os seres que dele fazem parte.

2.1.1.1 Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil

Os desafios são muitos com relação à sustentabilidade das cidades brasileiras. Todavia, também devem ser mencionados os grandes esforços e importantes resultados obtidos.

Segundo Guimarães (1999, p. 19) o Brasil demonstrou-se singular entre os países que enviaram contribuições para a Conferência Habitat II, com desafios para a sustentabilidade das cidades brasileiras, sendo a necessidade de se conciliar inovação com o esforço cotidiano para se recuperar o tempo perdido.

Observa-se assim a necessidade de enfrentamentos específicos em busca de soluções. Talvez o mais urgente em termos de prioridade seja a necessária rediscussão dos processos de acesso a terra urbana, e o setor de saneamento das cidades como elemento importante na construção da sustentabilidade ambiental urbana.

Segundo o mesmo autor:

A agenda 21 brasileira fruto de singular processo participativo pode desenhar linhas do cenário futuro, desejados pelas pessoas que acreditam ter o direito e as oportunidades de empreender as ações transformadoras da sociedade brasileira rumo a sustentabilidade. Ao apresentar problemas atuais cenários desejados a base de valores e os princípios os participantes do processo da agenda 21 escreveram também um conjunto amplo e diverso de propostas de estratégias e ações para o desenvolvimento integrado sustentável, justo e participativo do país. Foi concluída em junho de 2002. (GUIMARAES, 1999. P 64)

Ainda, segundo o mesmo autor a agenda 21, um plano de ação da organização das nações unidas, diz respeito à indicação de 21 eixos de ações para a construção da sustentabilidade, como exemplos podemos citar alguns dentre os 21:

- Promover a saúde e evitar doenças, com forte ação na manutenção da salubridade ambiental.
- Promoção de padrões de consumo sustentáveis e a promoção da ciência e tecnologia para o desenvolvimento e sustentabilidade.
- Universalizar o saneamento ambiental na coleta de lixo e tratamento de esgoto.
- Desenvolver atividades para ampliar e fortalecer a consciência e a cidadania ambiental da população brasileira.

2.1.1.2 Urbanização e Sustentabilidade

Tucci (2007) traz que a urbanização costuma ser definida como um processo de desenvolvimento econômico e social resultante da transformação de uma economia rural para uma economia cuja dinâmica é concentrada nas áreas urbanas. Por sua vez, Sandroni (1999) ressalta que esse fenômeno favoreceu a formação das cidades como sedes administrativas, constituindo um núcleo populacional dependente dos alimentos que eram produzidos nas áreas rurais. Assim, a urbanização passou a ser entendida como a modernização da sociedade que busca cada vez mais alcançar modificações nas suas formas produtivas, de maneira a melhorar a sua qualidade de vida.

Santos (1996) afirma que o acelerado crescimento da urbanização do país, revelou-se associado a um forte crescimento demográfico, resultante do aumento da natalidade e da queda na mortalidade causada pela relativa melhoria na qualidade de vida da população. A industrialização é apontada como um dos principais fatores para a intensificação da urbanização no país, vinculadas aos processos de expansão e concentração do capitalismo.

Diniz (2006) ressalta que esse processo de urbanização era bem mais estruturado e concentrado nas regiões Sul e Sudeste, onde se direcionava o maior percentual populacional, enquanto que nas regiões Norte e Centro-Oeste, o processo de urbanização foi mais retardatário, de modo que no início do processo estas regiões apresentavam-se a margem dos seus efeitos urbanos, permaneciam vazias e rarefeitas espacialmente e o Nordeste apresentava fraca estrutura urbana.

Assim, as consequências desse crescimento acelerado focou-se nos problemas socioambientais, onde formavam-se vários bairros sem qualquer fiscalização aparente ou descrita na história. Borelli (2007) afirma que houve na verdade um gigante descompasso entre o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico, uma vez que tal crescimento se deu sem o planejamento adequado, havendo insuficiência estrutural na produção de bens de consumo coletivo, o que contribuiu significativamente para a intensificação da degradação ambiental no país e para a redução da qualidade de vida da população.

Além, dos impactos negativos que esse processo trouxe ao meio ambiente. Haughton e Hunter (1994) destacam a poluição e a contaminação ocasionadas pelas

atividades humanas, relacionadas a queima de combustíveis fósseis e ao uso de automóveis, a destruição de habitats e paisagens naturais, a incoerência entre a limitação dos recursos energéticos e os modelos de transportes urbanos adotados, as crescentes demandas habitacionais, etc.

Segundo Gorski (2010) houve a preocupação com a questão ambiental obteve relevante evolução a partir de 1960, por meio das conferências e movimentos internacionais sobre o meio ambiente. Também a criação da Secretaria de Estado do meio ambiente (SEMA) em 1973, revela os esforços do Brasil em mitigar e controlar os impactos ambientais, mas Menezes (1996) ressalta que a subordinação a outros ministérios, acentua as suas dificuldades em operar suas ações mitigatórias e preventivas.

Outro passo importante foi direcionado para o planejamento urbano das cidades, com a constitucionalização e obrigatoriedade do Plano Diretor em 1988. Entretanto, Maglio (2005) ressalta que a maior parte dos municípios brasileiros não utiliza instrumentos de gestão urbana ambiental como aperfeiçoamento do planejamento.

Em 2003 foi criado no Brasil o Ministério das Cidades, com o objetivo de combater as desigualdades sociais e transformar as cidades em espaços mais humanizados, na tentativa de garantir a isonomia social, por meio da ampliação do acesso à moradia, ao saneamento e aos serviços de transporte coletivo (BRASIL, 2003).

Assim, é particularmente importante na medida em que o Brasil se urbaniza aceleradamente, que se criem novos modelos de planejamento que busque a preservação da sustentabilidade do solo, pois um processo de urbanização concentrada e acelerada indica sérios problemas de ordem mundial.

Segundo Maricato:

Cite-se em especial a grande dificuldade de impor regulamentos urbanísticos a uma cidade cada vez mais ilegal e a existência de pressões crescentes para a utilização de áreas ambientalmente sensíveis. Nesse sentido, o ilegal do solo e as edificações em meio urbano atingem mais de 50% das construções nas cidades brasileiras, não considerando as legislações de uso e ocupação do solo, zoneamento, parcelamento do solo e edificação (MARICATO, 1996, p.21)

Para Borelli (2007) houve na verdade um gigante descompasso entre o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico, uma vez que tal crescimento se

deu sem o planejamento adequado, havendo insuficiência estrutural na produção de bens de consumo coletivo, o que contribuiu significativamente para a intensificação da degradação ambiental no país e para a redução da qualidade de vida da população.

2.1.1.3 Principais problemas ambientais urbanos

Mota (1999) define o ambiente urbano como sendo formado por dois sistemas intimamente inter-relacionados: o “sistema natural” composto do meio físico e biológico (solo, vegetação, animais, água) e o “sistema antrópico” consistindo do homem e de suas atividades, de forma que o ambiente urbano interage com o ambiente natural e os reflexos das atividades humanas podem ser visto em ambos.

Sobral (1996) acrescenta ainda que o sistema urbano é incompleto, visto que o fluxo de energia e matéria, característico de todo ecossistema e que mantêm a sua autonomia é, no sistema urbano, parcial e unidirecional, uma vez que a cidade é apenas um local de consumo, estando os centros produtores situados fora de seu território. Ainda, esse autor afirma que os elementos que vem das áreas produtoras para as de consumo não têm retorno, acumulando-se nestas, na forma de poluentes, excesso de energia, geração de entropia. Do ponto de vista termodinâmico, a cidade é um sistema em permanente desequilíbrio.

Manfron e colaboradores (2014) ressaltam que o ecossistema urbano difere ainda dos outros sistemas naturais, pela ação predominante do homem, provocando mudanças intensas e rápidas. O homem tem a capacidade de dirigir suas ações utilizando o meio ambiente como fonte de matéria e energia ou como receptor de seus produtos e resíduos.

Também esses autores falam sobre as alterações no ambiente urbano refletem-se não somente no ambiente natural, mas no mesmo ambiente construído. Dessa forma, além dos impactos iniciais, as cidades passam a sofrer de seus próprios males, sob a forma de diferentes tipos de poluição que se inter-relacionam e interagem e que refletem, principalmente, na saúde do homem.

Dessa forma, o acelerado crescimento urbano vem trazendo grandes impactos a área ambiental, diante disso, precisam ser atendidas algumas questões importantes na área urbana, com os aspectos relacionados já anteriormente bem como a geologia urbana, águas superficiais e subterrâneas, bacias hidrográficas, aterros sanitários,

saúde pública, riscos geológicos, recursos renováveis, prevenção e monitoramento ambiental.

2.1.1.4 Água e esgoto

Um dos problemas ambientais urbanos mais graves, segundo dados do IBGE de 2000 apenas 33,5% da população são atendidos por rede de esgotos e dos domicílios servidos, enquanto 64,7% do esgoto coletado não tem nenhum tipo de tratamento. Nas áreas onde não há tratamento 84,6% dos esgotos coletados são despejados diretamente nos rios.

Manfron e colaboradores (2014) afirmam que a poluição da água pode ser definida como qualquer alteração das suas propriedades físicas, químicas ou biológicas, que possa prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar das populações, causando danos à flora e à fauna, ou comprometer o seu uso para fins sociais e econômicos. As principais fontes de poluição dos rios, lagos, ribeiros, toalhas de água, águas superficiais e subterrâneas, são as águas residuais resultantes da indústria, da agricultura e das atividades domésticas.

Os mesmos autores citam que essa poluição da água pode ser definida como qualquer alteração das suas propriedades físicas, químicas ou biológicas, que possa prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar das populações, causando danos à flora e à fauna, ou comprometer o seu uso para fins sociais e econômicos. As principais fontes de poluição dos rios, lagos, ribeiros, toalhas de água, águas superficiais e subterrâneas, são as águas residuais resultantes da indústria, da agricultura e das atividades domésticas.

Ainda ressaltam que as fontes de água doce, as mais vitais para os seres humanos, são justamente as que mais recebem poluentes e, tornam a água imprópria para abastecimento público e põe em causa a vida dos seres vivos que habitam os rios, ribeiros e lagos. De acordo com a sua natureza e concentração, os poluentes apresentam diferentes efeitos sobre o meio ambiente e a saúde pública, alguns dos efeitos da poluição da água mais relevantes.

Assim, pode-se observar que os serviços de saneamento concentra-se principalmente nos centros urbanos maiores, praticamente inexistindo nos pequenos municípios. Além disso, o fato de que a distribuição dos serviços de saneamento é

desigual, pelo fato que já que nas cidades maiores e mais ricas tem mais acesso aos centros de decisões do que as cidades menores e distantes.

2.1.1.5 Resíduos Sólidos

Pereira e Curi (2003) ressaltam que “em meados da década de sessenta do século XX, os sanitaristas passaram a usar uma nova denominação para a palavra lixo. Então, o lixo passou a ser designado modernamente de resíduos sólidos”.

Destaca-se que o termo “resíduos sólidos” assumido pela lei visa substituir a ideia de “lixo”, termo mais conveniente para denominar o material que pode ser reutilizado/reciclado. Pois, a palavra “lixo” tem sido considerada uma forma provocativa e discriminatória no contexto do trabalho vivo “invisibilidade” dos catadores. Trata-se de dar aos descartes uma nova vida, ou seja, consiste em “[...] ressuscitar materiais, permitir que outra vez sejam aproveitados” (CALDERONI, 1999, p. 52). A palavra resíduo sólido, também, é derivada do latim *residuu*, e significa “aquilo que sobra, resta, de qualquer substância”. (ROCHA, 1993 apud LEITE, 1999).

Nos últimos anos alguns direitos têm sido conquistados, dada a luta pela ampliação da cidadania e da legalidade do trabalho. Uma conquista foi a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS)¹, um dos mais novos instrumentos para a preservação do meio ambiente, e que tem como objetivo minimizar os impactos causados pelos resíduos na sociedade.

Assim, com a crescente aceleração das cidades o desafio hoje é ter locais apropriados para o destino correto desses resíduos produzidos por essa população em crescente desenvolvimento, pois a limpeza das cidades não consiste apenas em remover o lixo, mas, em dar um destino final aos resíduos coletados. Com a aprovação da PNRS², o município passa a ser o principal gestor do resíduo sólido, exercendo um papel fundamental no que se refere ao tratamento dos resíduos desde a sua coleta até o encaminhamento para as associações/cooperativas, inclusive o acompanhamento e capacitação das mesmas.

¹A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi instituída no dia 02 de agosto de 2010, pela Lei Federal nº 12.305/10.

²A PNRS prevê também o fim dos lixões em todas as cidades do país até setembro de 2014, colocando milhares de catadores em situação de maior vulnerabilidade social, pois perderão suas fontes de renda mesmo que mínima, na medida em que terão que encontrar outro meio de sobrevivência. Nem todos os municípios possuem projetos que favoreçam essa classe de trabalhadores e que lhes garanta novas alternativas de renda.

Porém, existem as limitações orçamentárias propostas pelo governo, torna-se prioridade a coleta e a limpeza pública e o destino final dos resíduos sólidos fica em segundo plano, assim surgem os lixões onde o lixo coletado é lançado ao ar livre sem qualquer controle, poluindo o solo, a água e a área ao redor. Essa falta de construção e aplicação do plano de resíduos sólidos e orgânicos pode-se perceber no ambiente que foi realizado a pesquisa. Entendo que informações não são claras aos funcionários e ao próprio gestor da instituição.

Atualmente há processos satisfatórios que auxiliam na busca pela redução dos impactos ambientais, como o saneamento de solos contaminados, a desumidificação, a recuperação de solventes, a pirólise (tratamento através do fogo), a compostagem e a incineração, que auxiliam nesses impactos ambientais.

Percebe-se, assim a compreender quão essenciais e fundamental é a busca pela sustentabilidade, em que preservar e recuperar o equilíbrio e as complexas interações do sistema terrestre na área urbana, pode torna-se instrumento eficaz e imprescindível na gestão ambiental.

A gestão ambiental tem por objetivo analisar a questão do meio ambiente a partir da interação entre os meios social e físico-natural. A gestão ambiental deve visar o uso de práticas que garantam a conservação e preservação da biodiversidade, a reciclagem das matérias-primas e a redução do impacto ambiental das atividades humanas sobre os recursos naturais.

Segundo Quintas (2006), não é possível visualizar, numa sociedade democrática, a prática da gestão ambiental sem a presença do Estado e da sociedade civil. Daí a convicção de que, no terreno da gestão ambiental, Poder Público e sociedade civil não se opõem, mas se complementam.

Rocha e colaboradores (2012) ressaltam que devem trabalhar preferencialmente em ações compartilhadas, a partir de objetivos comuns. Dessa forma, o poder público é detentor de poderes e obrigações estabelecidos na legislação, que lhe permitem promover, desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais (incluindo a criação de incentivos fiscais na área ambiental) até a reparação e a prisão de indivíduos por danos ambientais. Nesse sentido, o poder público estabelece padrões de qualidade ambiental; avalia impactos ambientais; licencia e revisa atividades efetiva e potencialmente poluidoras; disciplina a ocupação do território e o uso de recursos naturais; cria e gerencia áreas protegidas; obriga a recuperação do dano ambiental pelo agente causador; promove o monitoramento, a

fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento da sua função mediadora.

Sabe-se assim e tem-se a conscientização de que o poder público tem grande interferência nesse processo, mas além do poder público a conscientização humana também é importante, todos contribuam e auxiliem no destino correto dos resíduos sólidos para que tenhamos maior qualidade de vida e contribuir assim para uma sociedade mais digna e humana.

2.1.1.6 Meio ambiente e as empresas brasileiras pela busca da sustentabilidade

É inegável que nos últimos anos começou a se alterar a atitude de desconfiança e desenfrentamento entre empresários e órgãos ambientais do governo e grupos de ambientais. Essa atitude transformou-se, em muitos casos, no reconhecimento dos impactos ambientais negativos de muitas atividades empresariais, gerando uma procura por alternativas e a implantação de projetos sociais e ambientais pelas empresas ou em parceria com governos, comunidades e Ongs.

Segundo Maiomon:

Algumas indústrias já se adequaram a proposta de trabalhar e relacionar-se com o meio ambiente dentro das perspectivas sustentáveis, contudo em sua grande parte, as empresas brasileiras agem de forma pouco consciente e responsável em relação aos problemas ambientais. (MAIOMON, 1999, p. 78)

Segundo Schmidheiny:

“É urgente reconhecer que não pode haver desenvolvimento econômico sem que ele seja sustentável. A liderança empresarial precisa agregar as propostas de desenvolvimento sustentável”. (SCHMIDHEINY, 1992, p. 26)

Assim, na proliferação das organizações e empresários ligados ao desenvolvimento sustentável, cita-se como exemplo o departamento de meio ambiente e responsabilidade social das federações estaduais, e sindicatos. Essa busca constante por métodos que auxiliem na preservação ambiental demonstra a preocupação da população em tal meio.

Entretanto, com a aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obteve-se vários avanços em relação a coleta e destinação dos resíduos sólidos e orgânicos. Vita e Engelmann (2016) afirmam que o setor empresarial brasileiro passou

por grandes mudanças para que pudesse se incluir no rol dos países que praticam a sustentabilidade empresarial, produzindo bens e prestando serviços e ao mesmo tempo contribuindo para a preservação do meio ambiente. Atualmente, não basta seguir o que está previsto na normatização, é necessário adotar uma nova postura.

Também, esses autores trazem que hoje mais importante do que estar de acordo com a legislação, é conscientizar e entender os motivos deste novo cenário, e aplicar na sua atividade diária a gestão ambiental pautada manter sempre presente e em equilíbrio os principais pilares do desenvolvimento sustentável, quais sejam social, econômico e ambiental.

Almeida em sua obra “Gestão Ambiental” (2005) aponta alguns instrumentos de mercado inserção de políticas ambientais em países em desenvolvimento, sendo esses instrumentos alternativos ou complementares, para as regras de comando e controle, que podem ajudar em muito os países em desenvolvimento na implementação de políticas ambientais mais eficazes e eficientes. Os principais tipos de instrumentos de mercado que podem ser usados na gestão dos problemas ambientais são:

TAXAS AMBIENTAIS – são preços a serem pagos pela poluição. Os principais tipos são:

- taxas por emissão, em que os valores são proporcionais à carga ou ao volume (p. ex.: efluentes líquidos, emissores atmosféricas, ruídos etc.);

- taxas ao usuário, pagamento direto por serviços de tratamento público ou coletivo de efluentes (p. ex.: rejeitos sólidos domésticos despejo ou tratamento de esgotos);

- taxas por produto, acrescentadas ao preço de produtos que causam poluição (p. ex.: combustíveis com alto teor de enxofre, pesticidas, bactérias e CFCs);

- taxas administrativas, para cobrir os custos do governo com o licenciamento, o controle, o registro e outros serviços; e - taxa diferenciada, aplicada a produtos similares com efeitos ambientais diversos.

CRIAÇÃO DE UM MERCADO – é uma tentativa de fazer os poluidores comprarem direitos de poluição, ou venderem esses direitos a outros setores. (ALMEIDA, 2012)

Vita e Engelmann (2016) dizem ainda que é essencial a busca por novas formas que contribuirão não somente com o bom desenvolvimento dos negócios, mas também para que esse se torne perene e colabore para a construção de uma

sociedade mais sustentável. Arraigar-se de um Sistema de Gestão Ambiental, por sua vez constitui uma estratégia para que o empresário, em processo contínuo, identifique oportunidades de melhorias que reduzam os impactos das atividades de sua empresa sobre o meio ambiente.

Os mesmos autores trazem que atualmente a tendência é que as empresas façam do seu desempenho no que tange a preservação ambiental se torne um fator diferencial no mercado, buscando atender os critérios de relevância social, econômica e ecologicamente correta. Salienta-se, que tal prática vai além de adotar requisitos internos que se restrinjam a atender os preceitos legais impostos no país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada em 4 instituições públicas de desenvolvimento rural e meio ambiente na região oeste do Estado de Santa Catarina.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, e como estratégia de produção de dados a pesquisa-intervenção. Primeiramente, será trazido uma breve explanação sobre a pesquisa qualitativa que está ligada à:

Análise dos sentidos que vão gradativamente ganhando consistência nas práticas. O sentido é a virtualidade que pulsa nas ações, é processualização da vida e atravessa o significado, uma vez que está na ordem das intensidades. Desse modo, o desafio dos pesquisadores é ir além do reconhecimento das representações estabelecidas na comunidade investigada, dos consensos que dão forma e apresentam a vida como uma estrutura definida nos seus valores, produções e expectativas. O qualitativo refere-se, então, à possibilidade de recuperar as histórias dos movimentos dessa comunidade, sendo percebido nos conflitos, nas divergências, nas ações que fazem diferença, que facultam a produção de sentidos outros, frente ao hegemônico, para um futuro indeterminado. Isso implica escapar ao crivo que serve para diagnosticar os desvios na funcionalidade cotidiana das organizações sociais, afirmando a diferença como um modo de ser possível nas relações do coletivo. (ROCHA, 2003, p. 66).

Segundo Minayo e Sanches (1993, p. 244), a abordagem qualitativa realiza uma “[...] aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.”

Ainda, Minayo e Sanches (1993, p. 245) afirmam que o trabalho qualitativo caminha em duas direções: “[...] numa, elabora teorias, métodos, princípio se estabelece resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas. Ela compartilha a idéia de ‘devir’ no conceito de cientificidade”.

Minayo (1994, p. 21-2) enfatiza que “[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se em especial com as questões da realidade que não podem ser quantificadas, ou seja, trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”. Seu campo de prática e objetivos, como afirma Minayo e Sanches (1993, p. 247), é “[...] adequar-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.”

Nesse sentido, para a realização desta pesquisa, utilizou-se como estratégia de produção de dados a pesquisa-intervenção, como afirma Rocha (2003):

Na pesquisa-intervenção, não visamos à mudança imediata da ação instituída, pois a mudança é consequência da produção de uma outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto. Na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/ objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. (ROCHA, 2003, p. 8-9).

De acordo com Barros (2009, p. 309), a pesquisa-intervenção, ou apenas a intervenção, é “[...] o procedimento de aproximação com o campo [...]” mostra-nos que ambos - pesquisador e pesquisado, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento - se constituem no mesmo momento, no mesmo processo. Esta estratégia se insere no campo da Análise Institucional que:

Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, [...] vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertenças e referências institucionais, analisando também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história. (COIMBRA, 1996, p. 2).

Segundo Coimbra (1996), “[...] pensar a análise de implicações é estranhar e recusar as essências, as naturalidades normalmente vinculadas ao eterno, à historicidade. É, portanto, afirmar o diverso, as diferenças que estão em nós e no mundo”. Sob a ótica de Lourau (1993), “[...] a análise de implicações tem sido o

escândalo da Análise Institucional³ por seu caráter desestabilizador e desnaturalizador de lugares confortáveis e acriticamente ocupados, de verdades instituídas e aceitas como universais e absolutas”. Conclui-se que, como afirma Coimbra (1996), “[...] um dos efeitos políticos presentes na ferramenta análise de implicações é, portanto, a problematização das relações de saber/poder”.

Nesta mesma direção, Paulon (2005, p. 23), a partir de Lourau (1997), destaca cinco categorias de implicações que devem ser analisadas no processo de pesquisa:

1 - implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/ intervenção; 2 - com o local, organização em que se realiza a pesquisa ou a que pertença o pesquisador e, principalmente, com a equipe de pesquisa/intervenção; 3 - implicação na encomenda social e nas demandas sociais. No plano das implicações secundárias o autor ainda aponta; 4 - implicações sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicações epistemológicas); e 5 - implicações na escritura ou qualquer outro meio que sirva à exposição da pesquisa.

De acordo com essas categorias descritas é possível entender que os indivíduos pesquisados não são idealizados como objeto, mas como participantes no processo de produção do conhecimento. Desta forma, as implicações na escolha do tema descrito na introdução, o local aonde aconteceu a pesquisa foi selecionado. Os participantes da pesquisa envolveram-se na entrevista, ou seja, contribuíram com informações significativas. Portanto, isto produziu efeitos, pois permitiu maior compreensão do destino dos resíduos sólidos e orgânicos entre os atores envolvidos, ou seja, gestor e funcionários.

Outra ferramenta da pesquisa-intervenção é a noção de analisador, que se refere:

[...] A todo dispositivo revelador das contradições de uma época, de um acontecimento, de um momento de grupo e que permita, a partir de uma análise de decomposição do que aparecia até então como uma totalidade

³Baremlitt (2002, p. 14) afirma que é mais como um movimento institucionalista do que como uma teoria, visto que ela visa “propiciar, apoiar, deflagrar nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas, processos de auto-análise e processos de autogestão”. Conforme Lapassade (1989), alguns desses construtos são: auto-análise e autogestão. O primeiro refere-se à aquisição ou retomada do pensamento e da ação coletiva, permitindo-lhes ter ciência dos seus desejos, interesses, necessidades sem que esses sejam provenientes de qualquer exterioridade. Concomitante ao primeiro, a autogestão consiste na coordenação, na articulação dos coletivos para criar mecanismos que promovam a manutenção e melhoramento de sua vida com o meio.

homogênea (uma verdade instituída), desvelar o caráter fragmentário, parcial e polifônico de toda realidade. (PAULON, 2005, p. 24).

Os analisadores produzidos, nesta pesquisa, serão tratados adiante.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para responder aos objetivos da pesquisa, a escolha dos participantes foi definida a partir das seguintes características: gestores e colaboradores(a) de empresas públicas. Nesse sentido, participaram do estudo seis entrevistados, sendo quatro gestores e dois colaboradores (a), que se interessaram em participar dele, ou seja, a partir da apresentação do tema se ofereceram livremente.

Para uma melhor visualização, segue abaixo um quadro em que se outorgam nomes fictícios a cada um dos participantes:

Nome fictício	Colaborador	Gestor
Gestor 1		X
Gestor 2		X
Gestor 3		X
Gestor 4		X
R1	X	
R2	X	

*Quadro produzido pelo autor Daniel Borsoi.

Definiu-se esse o público por levar em consideração que ele é constantemente questionado acerca dessa destinação pelos visitantes dessa instituição. Essa ocorre em um ambiente público onde transitam agricultores, profissionais ligados ao meio ambiente, e visitantes urbanos, assim por considerar a probabilidade dessas pessoas já terem feito uma reflexão acerca do tema é maior do que um público externo à instituição. A pesquisa se limitou a esta instituição por facilitar o acesso do pesquisador aos participantes.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Em relação aos procedimentos éticos, inicialmente foi solicitada a anuência do responsável pela instituição, apresentando o possível projeto e os funcionários abordados, onde foi aprovada a intervenção.

Todas as entrevistas foram realizadas de maneira individual em sua respectiva sala nas instituições, durante o expediente de cada colaborador. No encontro com cada participante, inicialmente foi apresentado o objetivo do estudo e a importância da entrevista. Posteriormente, foi apresentado o questionário Apêndice A, Apêndice B que foram respondidos.

3.5 ANÁLISES DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada a partir da Análise do Discurso (AD) que, segundo Brandão (s.d. p. 2), é “[...] toda atividade comunicativa entre interlocutores; atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes”. A mesma autora refere que:

Um conceito fundamental para a AD é, dessa forma, o de condições de produção, que pode ser definido como o conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso. (BRANDÃO, s.d., p. 6).

Assim, afirma ainda Brandão (s.d. p. 7), que o “[...] discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente”.

[...] a análise do discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. A transformação da superfície lingüística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. (ORLANDI, 2002, p. 66 - 67).

“O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história.” (FOUCAULT, 1986, p. 146 apud FISCHER, 2001, p. 215). O discurso não pode ser

entendido como uma mera utilização das palavras ou expressão de algo. Para Fischer (2001, p. 200), citando Foucault (1986), o discurso “[...] apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria”.

Ao analisar o discurso – mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato da fala individual -, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, por que através dele outros ditos se dizem. (FISCHER, 2001, p. 207).

Assim, conclui-se que a partir das definições de Foucault, o discurso não carrega apenas um sentido e uma verdade, mas, uma história, neste caso, os discursos sobre o conhecimento da destinação dos resíduos orgânicos e sólidos na instituição. “O convite de Foucault é que, através da investigação dos discursos, nos defrontemos com nossa história ou nosso passado, aceitando pensar de outra forma o agora que nos é tão evidente”. (FISCHER, 2001, p. 222).

Portanto, as contribuições dos participantes permitiram a criação dos analisadores que foram organizados de acordo com os objetivos deste trabalho, isto é, conhecer sobre a destinação de resíduos sólidos e orgânicos das instituições pesquisadas.

Entre eles, o analisador destino dos resíduos sólidos e orgânicos: diversas foram às formas relatadas pelos participantes, de modo que podem ser divididos em: a) falta de conhecimento do destino desses resíduos produzidos, b) qual a destinação desses resíduos, que revela o cenário das instituições, e c) conscientização do gestor para implantação de lixeiras de padrões universais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o objetivo geral que foi conhecer o destino dos resíduos orgânicos e sólidos em instituições públicas de desenvolvimento rural e meio ambiente na região oeste do Estado de Santa Catarina, com o intuito de verificar sua percepção quanto o descarte de resíduos sólidos e orgânicos, tanto colaborador(a), quanto gestores, nessa pesquisa foi possível afirmar que há dificuldades de compreensão dos colaboradores perante destinação desses resíduos produzidos na instituição. Além disso, trouxeram que o impacto no meio ambiente é visível porque “é tudo misturado” (sic), ou seja, não há separação correta e lixeiras de padrões universais como fotos em Apêndice D. Isso pôde ser analisado perante resposta em questionário aplicado.

Constatou-se em primeiro momento uma forte resistência no entrevistado gestor 1, já que se absteve de responder, direcionando a responsabilidade ao órgão municipal de coletas de resíduos. Portanto, esse ator afirmou verbalmente que a instituição em específico não possui um plano de gestão de resíduos, por possuir um setor do município com a função de trabalhar a questão em todas as instituições, porém não percebeu essa intervenção no ambiente pesquisado. Em relação aos demais gestores a abordagem foi realizada com sucesso e sem maiores ocorrências. Após o período de 48 horas, o referido gestor 1 decidiu responder o questionário.

Na segunda etapa aplicou-se o questionário para dois colaboradores que, responderam individualmente, mas com respostas similares. Na terceira etapa, utilizou-se a mesma intervenção com mais três gestores de instituições diferentes, porém localizadas no mesmo endereço. Identificou-se que as mesmas reconhecem que possui erros graves no destino dos resíduos e separação bem como o dano que poderá causar ao meio ambiente. Dessa forma, durante a pesquisa ressaltaram verbalmente que sabem e fazem corretamente o processo. Porém, quando indagadas da forma correta de como fazer, identificou-se que fazem de forma parcialmente incorreta. Lembrando que todo esforço dos colaboradores são depositados diariamente nesse processo, porém sem respaldo de orientações de um profissional especializado na área.

Analisando esses resultados constatou-se que em uma possível implementação do plano de resíduos, o treinamento sobre conscientização requer um árduo trabalho de educação ambiental, assim determinando o papel de cada ator do

processo em fazer sua referida parte, com implantação de indicativos de avanços no quesito coleta de resíduos sólidos de cada setor das instituições, com padronização de advertências.

Na pesquisa realizada nas instituições públicas de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com a aplicação do questionário aos colaboradores e gestores, pôde-se identificar o papel do setor interno dessa instituição da área do meio ambiente, bem como sua estrutura administrativa, que é formada por: Diretoria de Meio Ambiente, Licenciamento Ambiental, e Fiscalização Ambiental.

Essa pesquisa foi realizada no plano de desenvolvimento Ambiental do município pesquisado, e construído em 2015, com o apoio de diversas entidades ligadas ao setor, dentre as ações ligadas ao meio ambiente identificou-se uma falha gravíssima no entendimento do papel de atuação do setor meio ambiente, com certa distorção em relação ao entendimento de “Gestão Ambiental”, descreve o termo gestão ambiental como sendo um programa de incentivo aos agricultores na preservação exclusivamente de nascentes. Essa é a interpretação do plano apresentado durante a pesquisa.

Como exemplo de programas que mostram essa crescente preocupação tem-se o Programa Água Boa que é um programa de gestão ambiental bastante abrangente que incentiva as parcerias entre o município e os agricultores para que seja feita a recuperação e proteção das áreas de preservação permanente (nascentes, córregos, açudes, afloramentos de água e banhados). Portanto, o termo gestão ambiental é muito mais amplo do que simplesmente um programa de preservação de água, deve incluir, desde os setores de atuação das instituições, até a conscientização sobre a coleta de resíduos sólidos e orgânicos.

Assim, as iniciativas tem de partir dentro das instituições, para posterior envolvimento e aplicação nas propriedades rurais. Isso foi verificado na leitura do plano de desenvolvimento rural, além da falta de entendimento do termo, correlacionado com o questionário aplicado. Também, foi demonstrado limitação e carência na questão de conhecimento por parte dos colaboradores sobre gestão ambiental e especificamente sobre o tema estudado, destino dos resíduos sólidos e orgânicos. Ou seja, os colaboradores não tem compreensão definida sobre os termos apresentados acima.

Vale ressaltar que esses atores são responsáveis pela atuação em programas de recuperação ambiental de áreas rurais e liberação de licenciamentos ambientais.

Dessa forma, é de extrema importância que esteja clara a maneira de como ser sustentável e possuir padrões de conscientização ambiental.

Nesse sentido, reafirma-se a importância de realizar a destinação correta desses resíduos, ou seja, o bom exemplo partir do interior do órgão, iniciando pelos gestores e posteriormente colaboradores.

Nessa pesquisa não foi possível perceber a amplitude que envolve a questão ambiental atualmente, em que a mesma vem gradativamente ganhando espaço entre autoridades, órgãos públicos e as empresas no âmbito geral, ressaltando que o foco do trabalho foi no âmbito público, em que todos estão de uma forma ou outra envolvidos e preocupados com a questão.

Diante de tais fatores citados, percebe-se que a gestão ambiental e a responsabilidade social necessitam mostrar a sociedade a sua importância, em que os ambientalistas devem consolidar as conquistas e dar mais consistência as propostas e ao planejamento. Assim, gestores governamentais devem integrar as políticas de gestão a área ambiental, cabendo também aos gestores e as cidades a tarefa de buscar a ecoeficiência e utilizar os padrões ambientais como incentivo as estratégias de competitividade, bem como enfrentar os desafios e alertar a todos sobre a responsabilidade social.

Dessa forma, a sugestão para as instituições é que se desenvolva um plano de gestão de resíduos sólidos específicos as unidades, promoção de palestras informativas aos seus colaboradores pois, nas respostas do questionário Apêndice A e B, foi possível perceber essa falta de conhecimento do assunto. Importante ressaltar que o gestor 1da instituição somente respondeu que “não possui esse plano na sua secretaria” (sic), isso segue aos demais gestores. Além disso, outros colaboradores admitem existir falhas nesse processo de destinação e no treinamento de destinação, além de falta de lixeiras com mais opção como pilhas, plásticos, vidros, e o que não é reciclável.

Assim, ao serem questionados sobre a destinação dos resíduos sólidos e orgânicos das instituições onde atuam, os colaboradores responderam que:

R1: Não.

R2: Não sei.

Em relação aos gestores:

Gestor 1: Separamos os resíduos sólidos e orgânicos e colocamos nas lixeiras para a empresa responsável dar o destino correto.

Gestor 2: Sim, é importante. Porém, não temos maiores conhecimentos do destino, se não quando colocamos nos contêineres da rua.

Gestor 3: Não, mas é necessária essa apresentação aos que não são conscientes.

Gestor 4: Sim, porque somente tenho conhecimento que levamos na rua (contêineres)

Dessa forma, precisa-se estabelecer padrões de qualidade ambiental, envolvendo todos e procurando desenvolver a questão socioambiental, garantindo a tão almejada qualidade de vida para as presentes e as futuras gerações, que serão os principais afetados por essa questão ambiental atualmente tão discutida pela população mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral foi conhecer o destino dos resíduos orgânicos e sólidos em instituições públicas de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente na região oeste do Estado de Santa Catarina, com o intuito de contribuir com a conscientização ambiental, é possível afirmar que há dificuldades de conhecimento entre os participantes da pesquisa. Isso pôde ser analisado por meio dos objetivos que foram propostos.

As dificuldades no processo de conhecimento de separação são relatadas por todos os participantes da pesquisa. Os colaboradores ressaltaram a importância de adquirir conhecimento de todo o processo de gestão dos resíduos por meio de capacitação. Já os gestores trouxeram que possuem um plano de gestão global, porém não compreende a sua instituição, admitindo existir falhas no processo.

Existem, com menor frequência, potencialidades na compreensão do colaborador sobre o destino desses resíduos, não em capacitações oferecidas, mas em conhecimento adquirido e procurado pelo mesmo. Os colaboradores citam a importância da separação, porém não possuem lixeiras universais para colocar os resíduos. O gestor 1 interessou-se pela proposta de padronização dessas lixeiras, além de sentir necessidade de capacitação aos seus colaboradores, isso estendeu-se aos demais gestores.

Pelo exposto, conclui-se que o principal sentido atribuído pelos participantes à separação dos resíduos sólidos é a falta de conscientização dos próprios colaboradores, atribuídas também a ausência de instrução, padronização de lixeiras, e implantação de um plano de gestão na própria instituição em que se cobra de outras instituições com advertência a possíveis infratores em caso de não aplicação dos padrões corretos de sustentabilidade, e destino dos resíduos.

Por fim, constata-se que o destino dos resíduos nessa instituição em questão é um aspecto cultural produtor de desconfortos já que alguns colaboradores querem essa separação e sabem da importância para o impacto ambiental. Porém, existem alguns que nem aceitaram participar da pesquisa.

Foi possível perceber, no decorrer do processo de pesquisa, que o destino dos resíduos produzidos e a cultura no contexto da instituição são temáticas indissociáveis, ou seja, a discussão de uma delas remete a outra.

Por meio dos questionários aplicados, que busca acompanhar o cotidiano das práticas, criando um campo de problematização para que o sentido possa ser extraído das tradições e das formas estabelecidas, instaurando tensão entre representação e expressão, o que faculta novos modos de subjetivação, obteve-se os dados para a pesquisa.

Conclui-se neste estudo que há a necessidade dos gestores desenvolver, de maneira mais evidente, a sua função educativa no processo de construção do plano de resíduos sólidos e orgânicos em específico para as instituições de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, o que pressupõe o conhecimento e compreensão da legislação, das políticas públicas e de metodologias de trabalho emancipatórias, no sentido da proteção integral ao meio ambiente. Em suma, o gestor precisa tratar o colaborador como multiplicador de conhecimento e se ver como mediador do desenvolvimento desses.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Gestão Ambiental** – Para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Thex: Almeida Cabral, 2012.
- BAREMBLITT, Gregório.F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5 ed. Belo Horizonte: Instituto Feliz Guatarri, 2002.
- BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, p. 52-75, 2009.
- BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Socioambiental no Brasil**. Curitiba: Editora Ibpe, 2009.
- BORELLI, E. **Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira**. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis. V.4 n.1. Florianópolis Jan/Jun, 2007.
- BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. **Analisando o discurso**. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa/Estação da Luz, s.d.
- CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. 3. ed. São Paulo: Humanistas, 1999.
- CLARK, Otávio Augusto Câmara; CASTRO, Aldemar Araujo. A pesquisa. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 1, p. 67-69, maio/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517->. Acesso em: 02 ago. 2018.
- COIMBRA, Cecília. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível? **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, Niterói, v. 7, n. 1, p. 52-80, 1996.
- DAJOZ, Roger. **Princípios de Ecologia**, s.e. 1999.
- DINIZ, C. C. **Economia Regional e Urbana**. Contribuições teóricas recentes. CEDEPLAR. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2006.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa** [online], n.1 14, p. 197-223, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2018.
- GASTAL, A. **Notas sobre o meio ambiente urbano no Brasil**, Rio de Janeiro, 1995.
- GUIMARAES, R. P. **Agenda 21 e desenvolvimento sustentável: o desafio político da sustentabilidade**. São Paulo, centro de estudos de cultura contemporânea, 1999.
- HAUGHTON, G. E HUNTER, C. **Sustainable Development and Geographical Equity**, Paper presented at the Annual Conference of the Association of American Geographers: Chicago, 1994.

IBGE & PNAD. **Pesquisa nacional por amostragem a domicílios** v. 21. Rio de Janeiro, 1999.

IBGE. **Pesquisa nacional de saneamento básico**. Gazeta do povo, Curitiba, p. 20. caderno Brasil. Publicado em: 28 mar. 2002.

VITA, J. B; ENGELMANN, W. **Direito, economia e desenvolvimento sustentável II**. Florianópolis: CONPEDI, 2016.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo a sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEITE, V.D.; LOPES, W.S. **Resíduos Sólidos Urbanos: Aspectos Sociais, Econômicos e Ambientais**. In: FERNANDES, A.G. (Org.). Olhar multifacetado na saúde. Campina Grande: Editora da UEPB, p.197-233, 1999.

LEWIS, Oscar. **Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied**. Urbana, University of Illinois Press, p. 428-429, 1951.

LOURAU, René. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MAIMON, Dalia. **ISO 14001: Passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MAGLIO, I. C. **O Plano Diretor e a Sustentabilidade Ambiental das Cidades**. Disponível em: www.belem.pa.gov.br/planodiretor/.../Plano_Diretor_e_Sustentabilidade. Acesso em: 02 ago. 2018.

MANFRON Paulo A.; PINHEIRO Renes R.; CARON Bráulio O.; MARQUES Tadeu A.; RAMPAZO Érick M.. Dilemas da sustentabilidade urban. **Bioenergia em revista: diálogos**, ano 3, n. 1, p. 139-158, jan./jun. 2014.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: A experiência de Curitiba**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

MINAYO, Maria Cecilia Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, E. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

MINAYO, Maria Cecilia Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimento**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÁDUA, J. A. **Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário**, [Cadernos de Debate do Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 6]. Rio de Janeiro: FASE; 1999.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**. v. 17, n. 3, p. 18-25, set./dez. 2005.

PEREIRA, S S; CURI, RC. Modelos de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos: a importância dos catadores de materiais recicláveis no processo de gestão ambiental. In: LIRA, WS., and CÂNDIDO, GA., orgs. **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2013, pp. 149-172. ISBN 9788578792824. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org/>> Acesso em: 04 ago. 2018.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 1998.

ROCHA, Adilson Carlos; CERETTA, Gilberto Francisco; SANTI Botton, Juliana; BARUFFI, Luciane; ZAMBERLAN, João Fernando. **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NA ZONA RURAL: a realidade do município de Pranchita - PR**. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2012, Acesso em: 9 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273425839007>>

ROCHA, Marisa Lopes. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHMIDHEINY, S. **Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

SOBRAL, Helena Ribeiro. **O meio ambiente e a cidade de São Paulo**. São Paulo: Makron Books, 1996.

TUCCI, C. E. **Urbanização e Recursos Hídricos**. Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Águas do Brasil. Análise estratégica. São Paulo, 2007.

APÊNDICE A

Pesquisa para a Monografia de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios–EaD UTFPR, por meio de um questionário, objetivando conhecer o destino dos resíduos orgânicos e sólidos de instituições públicas de desenvolvimento rural e meio ambiente na região oeste do Estado de Santa Catarina.

Local da Entrevista: Instituições públicas na região oeste do Estado de Santa Catarina.

Localização: Oeste de Santa Catarina

Data: 18/07/2018 e 23/08/2018

Parte 1: Perfil dos Entrevistados

Sexo : (X) Feminino () Masculino

Escolaridade: () ensino fundamental completo () ensino médio completo

(X) ensino superior completo.

Idade: Entre 25 à 50

Parte 2: Questões

Questionário II (colaboradores)

1- Você possui conhecimento do destino dos resíduos sólidos da instituição onde trabalha?

R1: Não.

R2: Não sei.

2- Você imagina os impactos que o destino desses resíduos tem ao meio ambiente?

R1: Sim, mas não sei falar sobre.

R2: Sim, tudo misturado.

3- Se não, tem conhecimento dessa destinação, gostaria que fosse realizado uma apresentação para conscientização de todos?

R1: Sim. Seria importante.

R2: Sim, mas não tem.

4- Percebe alguma falha nesse processo de destinação, e o impacto ao meio ambiente?

R1: Sei, que é recolhido, mais se a separação e destinação correta ai não sei, e até se os funcionários fazem a separação correta desses resíduos.

R2: Sim, falta de conscientização humana. Faz impacto ao meio ambiente.

Pesquisa para a Monografia de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – EaD UTFPR, por meio de um questionário, objetivando conhecer o destino dos resíduos orgânicos e sólidos de instituições públicas de desenvolvimento rural e meio ambiente na região oeste do Estado de Santa Catarina.

Local da Entrevista: Instituições públicas na região oeste do Estado de Santa Catarina.
Localização: Oeste de Santa Catarina
Data: 20/07/2018

Parte 1: Perfil dos Entrevistados

Sexo : (X) Feminino (X) Masculino

Escolaridade: () ensino fundamental completo () ensino médio completo
(X) ensino superior completo.

Idade: 30 à 62

Parte 2: Questões

Questionário I (Gestores)

1- A instituição possui um plano de resíduos sólidos e orgânicos?

Gestor 1: A Secretaria não possui um plano de resíduos sólidos e orgânicos.

Gestor 2: Não.

Gestor 3: Não.

Gestor 4: Não. Somente na minha sala possui separado em lixeiras, papel, plástico e orgânico, mas não tenho maiores conhecimentos.

2- Nesse plano existe algum item sobre a destinação desses resíduos?

Gestor 1: Sem plano.

Gestor 2: Não. Jogamos nos lixeiros da rua.

Gestor 3: Não.

Gestor 4: Não.

3- Se, sim qual o destino dos resíduos orgânicos e sólidos da instituição? Se não, explique?

Gestor 1: Separamos os resíduos sólidos e orgânicos e colocamos nas lixeiras para a empresa responsável dar o destino correto;

Gestor 2: Sim, é importante. Porém, não temos maiores conhecimentos do destino, se não quando colocamos nos contêineres da rua.

Gestor 3: Não, mas é necessária essa apresentação aos que não são conscientes.

Gestor 4: Sim, porque somente tenho conhecimento que levamos na rua (contêineres)

4- Os funcionários possuem discernimento do destino desses resíduos?

Gestor 1: Sim.

Gestor 2: Sim.

Gestor 3: Sim.

Gestor 4: Sim.

5- Qual o impacto no meio ambiente em relação a destinação desses resíduos?

Gestor 1: Pelas solicitações para a ampliação das lixeiras podemos afirmar que a proposta foi boa, proporcionando melhorias ambientais com a correta destinação dos resíduos.

Gestor 2: Não sei.

Gestor 3: Muito grande, porém não sei explicar.

Gestor 4: Complicado. Acredito que seja ruim, porém não sei explicar com clareza.

6- Como gestor, você percebe alguma falha nesse processo?

Gestor 1: Maior divulgação.

Gestor 2: Sim, por falta de separação do lixo orgânico e reciclável e aterros ao ar livre, proliferando a criação de insetos.

Gestor 3: Sim, atualmente no meu ambiente de trabalho possui apenas dois lixeiros, o reciclável, onde são todos os resíduos secos e o orgânico são todos os resíduos molhados, e não possui para outros resíduos intermediários.

Gestor 4: Sim, quando não tem consciência, mistura tudo.

APÊNDICE D

